



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO

Reunião Ordinária 29-04-2014

Acta nº 04

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Artur José Rodrigues	Presidente	P
Dario Humberto Lourenço Barata	1º Secretário	P
Carla Sofia de Abreu	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
Arias António Gonçalves	P	Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	P
Aprígio Manuel da Costa	P	José Carlos Gonçalves	P
Fernando de Sousa	P	António Joaquim Domingues Sousa	P
Francisco José da C. e Silva R. Lima	F	José Luís Douteiro	P
Carla sofia de Sousa R. Domingues	P	Agostinho Alves	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	P	José Bento Alves Garelha	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	P	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	P
António Manuel Domingues	P	José da Ascensão Afonso	P
Luís José Rodrigues	P	Alfredo Domingues	P
Catarina Aurora Rodrigues Mira	P	Amadeu Esteves	P
António Carlos Lopes	P	Ricardo Jorge Alves	P
José Maria Pereira	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
Carlos Alberto Codesso	P	Maria de Fátima Rodrigues Sousa Táboas	P
Sandra Maria de Sousa Plasencia	P		
Jorge Renato Vieira Ribeiro	P		
José Rui da Costa Carvalho	P		
António Manuel Vieira	P		
António Afonso da Rocha	P		

P-Presença F-Falta



S
R

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Quando eram dezoito horas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. O segundo secretário procedeu á leitura da ata número três de 22-02-2014. Posta à votação, a mesma foi aprovada, por maioria com uma abstenção.

Assunto nº 23	1 - Período de “Antes da Ordem do Dia”.
--------------------------------	--

O Presidente da Assembleia abriu o período antes da ordem do dia, tendo solicitado o uso da palavra os deputados Municipais: Sandra Plasencia, Catarina Mira, Maximiano Gonçalves, Paulo Rodrigues, António Rocha, Luís Rodrigues, Jorge Ribeiro, Aprígio Costa. Dada a palavra a Sandra Plasencia, esta leu uma Moção do grupo Municipal do PS no sentido de pedir esclarecimento ao Ministério da Saúde sobre os Cuidados continuados, sendo dado conhecimento da mesma à ARS e ao Centro de Saúde de Melgaço. A moção foi entregue a mesa, aberta à discussão, não se verificarão inscrições para uso da palavra, o Presidente da Assembleia pôs a mesma à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

O Presidente da Assembleia propôs que se houvesse mais moções as mesmas fossem apresentadas todas e depois se passasse aos outros assuntos. Não se tendo verificado qualquer oposição, foi adotada esta metodologia.

Seguidamente usou da palavra a deputada Catarina Mira para apresentar uma moção do grupo Municipal do PS, referente ao encerramento de Especialidades Médicas Hospitalares.

A moção foi entregue a mesa, aberta à discussão solicitou o uso da palavra o deputado Jorge Ribeiro para se referir ao assunto da moção apresentada em que disse que a Portaria referida na moção não prevê o encerramento de serviços.

Não se tendo verificado mais pedidos para uso da palavra o Presidente da Assembleia pôs o assunto a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. O grupo Municipal do PSD pediu para apresentar uma declaração



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

A
A
D

de voto no prazo legal. Seguidamente usou da palavra o deputado municipal Maximiano Gonçalves para apresentar uma moção do grupo municipal do PS sobre as Autarquias Locais e sobre o novo estatuto da entidade reguladora dos serviços de águas residuais e da EGF, empresa Geral de Fomento. Após a apresentação entregou-a a mesa. Posta à discussão, não se verificaram pedidos para uso da palavra, posta à votação foi aprovada por maioria com seis abstenções do grupo municipal do PSD.

Dada a palavra ao deputado municipal Paulo Rodrigues este disse que iria expor um desabafo como presidente da Junta de Freguesia de Alvaredo, em que exerce cargos nesta junta há mais de oito anos, em que houve sempre harmonia total com os elementos do PSD, o que neste momento não está a acontecer, estando estes a por em causa a seriedade dos elementos da Junta.

Concluída a exposição o Presidente da Assembleia esclareceu o deputado Municipal, que o assunto em questão é da competência da Assembleia de Freguesia.

Foi concedida a palavra ao deputado municipal António da Rocha, tendo este começado por referir que pertence à Comissão de Trânsito e que ainda não tinha havido qualquer reunião. Também comentou a entrega que lhe foi feita dos documentos da Assembleia. Perguntou ainda da ligação de Estrada Nacional a Chaviães.

A Comissão de Trânsito depende da Assembleia, neste sentido o Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o deputado que a Comissão de Trânsito só dá pareceres quando a Câmara os solicita, como tal ainda não aconteceu, a razão de a Comissão não ter ainda reunido.

Dada a palavra ao deputado municipal Luís Rodrigues, este referiu os buracos existentes na estrada de Paderne e perguntou se de houver um acidente quem é o responsável. Também referiu a existência de um poste da luz que foi substituído mas o antigo ainda la continua.

Seguidamente solicitou a palavra o deputado municipal Maximiano Gonçalves, para esclarecer como Presidente da Junta da união de Freguesias de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Prado e Remoães a situação do poste, que foi referida, está mais que comunicada, e a aguardar autorização da EDP para remoção deste, pois quem colocou o novo não estava autorizado a levar o velho.

Solicitou a palavra o deputado municipal José Bento Garelha, que na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, esclareceu que os buracos a que se refere o senhor Deputado, já estão sinalizados, mas como há outras estradas em pior estado, começarão por essas.

Solicitou o uso da palavra o deputado Jorge Ribeiro para referir que a publicação no portal do Município, das atas das reuniões da Câmara Municipal estão atrasadas. Também que o regimento da Assembleia não está publicado no site. Tendo o Presidente da Assembleia esclarecido o senhor Deputado de que o regimento foi enviado a todos os membros da Assembleia Municipal. Solicitou também informação sobre o ponto de situação do Acordo de Execução conforme o artº33 da Lei 75/2013.

Usou da palavra o deputado Aprígio Costa para referir que atendendo que estão a rever os contratos de arrendamento, porque não utilizar a antiga escola primária, e a arrendar o antigo hospital da Misericórdia, assim seria dada uma ajuda a Santa Casa.

Não havendo mais pedidos nem inscrições para uso da palavra o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se entendesse responder às questões levantadas. Começou por esclarecer a questão relativa à ligação da Estrada Nacional a Chaviães, em que disse, tratar-se de um processo que já tem anos, tendo já sido feitas várias diligências, mas ainda não foi conseguida, mas vamos ter isso em atenção. Quantos aos buracos nas estradas, estamos a fazer esforços para resolver todas as situações, mas é pena que no próximo quadro comunitário não haja verbas para estradas nos próximos sete anos, o que vai comprometer o desenvolvimento do interior. A questão dos acidentes nas estradas, quando comprovado que se deveu ao mau estado do pavimento a Câmara assume. A questão do atraso de publicação das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

atas vai ser resolvido. Quanto aos acordos de execução foi referido que tinha falado com os 13 Presidentes de Junta do nosso Município tendo sido acordado com todos que não se fariam acordos de execução, dado que a lei 75 está demasiado confusa, sendo opinião das várias associações e que a maioria dos Municípios não fez contratos, por os considerar absurdos e que não levam a lado nenhum, e não contribuirão em nada para a eficácia, e a melhoria dos serviços, tendo sido acordado com as Juntas o mantimento de uma parceria ativa.

Quanto à questão referente aos arrendamentos, já estão quase todos renegociados, faltando apenas um, sendo a poupança significativa. Quanto a utilização de outros espaços, vamos procurar nos espaços que a autarquia tem. A escola é um ótimo espaço, mas é preciso criar condições para poder albergar serviços. O arrendamento do antigo hospital, neste momento, não está previsto essa solução.

O Presidente da Assembleia perguntou à Assembleia se havia mais alguma questão, mas como tal não se verificou foi dado este ponto da ordem de trabalhos por encerrado.

Assunto n° 24	2 - Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal;
--------------------------------	--

Como é de Lei o Presidente da Câmara apresentou à Mesa da Assembleia uma informação escrita, que foi enviada a todos os deputados, sobre a actividade Municipal e Situação Financeira do Município, versando os seguintes temas-*Porta de Lamas PNPG; Redes de Abastecimento de Água e de Saneamento; Taxas e Tarifas Municipais; Alvarinho - A Sub-Região de Monção e Melgaço; Reorganização dos Serviços Municipais; IPSS Locais e Segurança Social; Património Classificado; Reunião com EP-Estradas de Portugal,S.A.,Unidade de Cuidados Continuados de Melgaço; Governo pretende encerrar valências hospitalares no Distrito de Viana do Castelo. ; Visita do Governador Angolano a Melgaço. Comemorações do 25 de Abril.* Esta informação ficará anexa à presente



J
A
B

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

acta, fazendo parte integrante da mesma. O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para, se o entendesse, explicasse com mais detalhe a informação apresentada, tendo dado uma explicação exaustiva sobre o teor da mesma, e focando ainda pontos não constantes na referida informação que considerou oportuno esclarecer. Concluída a apresentação, o Presidente da Assembleia perguntou à Assembleia se algum Deputado quisesse mais algum esclarecimento o favor de o colocar.

Solicitou a palavra o deputado Aprígio Costa para perguntar se estava previsto arranjo da estrada de Lamas-Peneda no programa ON2.

Também solicitou a palavra o deputado Jorge Ribeiro para solicitar esclarecimento quanto a visita do Governador Angolano ao nosso Concelho

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao presidente da Câmara, começando por responder a questão de Lamas de Mouro e que referiu que lamentavelmente não está incluído, por não financiar obras rodoviárias.

Quanto a questão da visita do Governador Angolano, disse que esta vai ser rápida, estando previsto o contato com alguns empresários

Não se verificando mais pedidos do uso da palavra este ponto da ordem de trabalhos foi dado por encerrado.

Assunto nº 25	3 – Relatório de Gestão e documentos de Prestação de Contas -2013
--------------------------------	--

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para, se o entendesse, esclarecesse algum ponto com mais detalhe da documentação enviada aos Deputados Municipais. No uso da palavra, o Presidente da Câmara explicou o documento, salientando os pontos que achou mais significativos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Concluída a exposição pelo Presidente da Câmara o Presidente da Assembleia pôs o assunto à discussão, tendo solicitado uso da palavra o deputado Aprígio Costa

Para referir que o documento enviado em suporte digital tinha páginas em branco e deveria ter um carimbo com a data de aprovação.

O Presidente da Assembleia disse que essa informação será dada aos serviços.

Não se verificaram mais pedidos par uso da palavra o Presidente pôs o assunto à votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 6 votos contra do grupo municipal do PSD. Dada a urgência da eficácia do assunto, o Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta tendo sido, aprovado por unanimidade.

O grupo municipal do PSD fez uma declaração de voto que vai entregar à mesa.

O grupo municipal do PS fez uma declaração de voto que vai entregar à mesa.

Assunto n° 26	4 - Revisão Orçamental n°1 - Aplicação dos Saldos de Gerência de 2013.
--------------------------------	---

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para, se o entendesse, esclarecesse algum ponto com mais detalhe da documentação, enviada aos Deputados Municipais, tendo feito um resumo sucinto do conteúdo dos documentos. O presidente da Assembleia pôs o assunto à discussão não se tendo verificado inscrições para o uso da palavra. Posto à votação o mesmo foi aprovado por maioria com 6 votos contra do grupo municipal do PSD. Dada a urgência da eficácia do assunto, o Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta tendo sido, aprovado por unanimidade.



J D
M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Assunto n° 27	5 – Empréstimo Curto prazo para o exercício económico de 2014.
--------------------------	---

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para, se o entendesse, esclarecesse algum ponto com mais detalhe da documentação, enviada aos Deputados Municipais

O Presidente da Câmara no uso da palavra, lembrou que este assunto já tinha vindo a uma Assembleia anterior para encetar o processo, também esclareceu pormenores da documentação enviada. Posto o assunto a discussão, não se verificaram inscrições para uso da palavra, o Presidente da Assembleia pôs o assunto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com seis abstenções. Dada a urgência da eficácia do assunto, o Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta tendo sido, aprovado por unanimidade.

O grupo municipal do PSD apresentou uma declaração de voto que vai entregar a mesa.

O grupo Municipal do PS vai apresentar uma declaração de voto no prazo legal.

Assunto n° 28	6 – Conhecimento e tomada de posição da Assembleia Municipal sobre a venda da antiga “Caseta” da Guarda Fiscal sita na fronteira de S. Gregório, freguesia de Cristoval.
--------------------------	---

O Presidente da Assembleia usou da palavra para apresentar as razões do agendamento deste ponto, começando por referir que achara por bem agendar este ponto pelas seguintes razões:

1- Porque se tem dito e escrito muito sobre o assunto, quer na imprensa local, quer na imprensa nacional, com declarações de membros desta Assembleia, declarações essas que têm que ser esclarecidas neste Órgão para que todos nós fiquemos a saber onde está a verdade e quais os responsáveis por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

essa venda, que nos envergonha, dada a localização e o simbolismo da construção que faz parte da nossa história, apesar de não ser pelas melhores razões, como todos sabemos.

2- Porque quando o nome do alguém que teve responsabilidades autárquicas, e vem para a praça pública, é preciso saber, se de ânimo leve se está a manchar o seu bom nome, depois de tantos anos de grande e bom serviço pela sua e nossa terra.

Cabe agora aos Senhores Deputados pronunciar-se sobre o assunto, para que de uma vez por todas, seja verdadeiramente esclarecido e que todos sejamos capazes de informar com verdade o que aqui se vier a passar e decidir. Posto isto o Presidente da Assembleia pôs o assunto à discussão tendo solicitado o uso da palavra os deputado municipal António Domingues, António Vieira e Jorge Ribeiro.

Dada a palavra ao deputado António Domingues, este disse que iria apresentar uma proposta de tomada de posição da Assembleia em nome do grupo Municipal do Partido Socialista, que passou a ler e entregou à mesa.

Posta à discussão, solicitou o uso da palavra o deputado municipal Jorge Ribeiro para manifestar o seu apoio aos esforços de modo a recuperar esse património, estando o grupo municipal do PSD disponível para isso.

Seguidamente o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para se pronunciar sobre o assunto se assim o entendesse, este começou por lembrar que neste processo, fomos todos ultrapassados pois, quando houve conhecimento da venda, já estava concretizada. A venda foi feita por ajuste direto sem consulta ou conhecimento quer à Camara quer à Junta de Freguesia é de lamentar todos os contornos políticos que isto tomou, havendo a tentação de tirar dividendos políticos, e de atribuir responsabilidades a esta Autarquia. Essa preocupação deveria ser também, quanto aos negócios que o governo tem em curso como a venda da EGF, e o nosso tratamento de resíduos, como os outros do país, sendo vendas a preço de saldo, quem vai comprar? Pergunto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

A autarquia está a fazer esforços, de modo a classificar este património da zona de fronteira, de modo a acautelar o que agora aconteceu. E fazer um plano de pormenor para estas zonas, de modo a acautelar as intervenções nestes locais. Relativamente ao assunto em questão ainda existe a possibilidade de recorrer à expropriação como ultimo recurso. Também lamento que tenha sido envolvido o nome de uma pessoa que dirigiu os destinos deste concelho durante trinta anos, é lamentável que tal tenha acontecido, para mim está acima de qualquer suspeita.

Seguidamente usou da palavra o deputado Maximiano Gonçalves começando por referir que, depois da primeira notícia da venda da guarita a um cidadão Espanhol, publicada no J.N. nada havia de anormal, dever-se-ia denunciar isso e arranjar uma solução, mas o PSD local escreveu uma carta aberta em que dizia que a Câmara é que tinha sido a responsável, porque de outro modo podia prejudicar a imagem do Governo. A partir dai foi a tentativa de aproveitamento político da situação, com entrevistas de deputados Municipais. O que estava em questão e que gerou confusão foi a Direção Geral do Tesouro não ter consultado as autarquias do ato de venda. Deveríamos estar a discutir o assunto na sua forma inicial e não, o que agora se está a discutir, provocado pelo PSD local.

Como a referência ultrajante, dita por alguém, referente ao anterior Presidente da Câmara, achando, por parte de quem as proferiu, que deveria pelo menos ter a dúvida. Eu nunca a tive, como com certeza a grande maioria dos Melgacenses.

Dada a palavra ao deputado Luís Douteiro, referiu que a compra por parte do cidadão espanhol é legal, tendo o governo efetuado a venda, vindo agora os membros do partido do governo mostrar-se muito Indignados e muito nacionalistas. O governo com a avidez por dinheiro fresco, não informou as autarquias, pois se estas adquirissem o bem, o dinheiro entrava no circuito interno e não havia entrada de dinheiro fresco. Isto não foi mais de que um



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

aproveitamento político pelo PSD local de uma situação criada pelo governo para atingir certas pessoas.

Seguidamente o Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado Jorge Ribeiro, começando por dizer que subscreve a intervenção do deputado Maximiano na parta em que refere que foi o PSD que pôs o assunto na comunicação social. E que a venda nos moldes em que foi feita á legal de acordo com a Lei 280/2007 o estado pode vender sem ter que consultar ninguém. Se houver o cuidado de consultar o portal das finanças não passarão despercebidas situações destas.

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado António Vieira começando por lamentar o que aconteceu não pelo valor do imóvel, mas sim pela localização, que não é um sítio qualquer. Lamento esta situação e sinto-me triste, é claro que alguém tem culpa, o governo que não comunicou, O governo vendeu sem se preocupar com a sua localização. É de lamentar as insinuações ao anterior Presidente. E que a junta de Freguesia e a Camara façam o possível para recuperar esse património.

Dada novamente a palavra do deputado Maximiano Gonçalves, começou por dizer que as referencias ao PSD local na proposta do PS, se devem ao que escreveram. O que aconteceu é da responsabilidade do Governo, mas o PSD local tentou atacar a Camara escrevendo um seu responsável: *“O presidente da Câmara Manoel Batista não pode dizer que Município não foi informado, só e compreensível porque mostra ignorância ou por uma tentativa frouxa de fugir às responsabilidades, pois os meios de publicitação, os procedimentos concursais, anúncios e outros atos estão estabelecidos por lei e o respetivo acesso é livre para os cidadãos e entidades, neste sentido não esta certo evocar desconhecimento”* . Por este motivo entre outros, apresentamos a proposta de tomada de posição a esta Assembleia.

Dada a palavra ao Presidente da Câmara sobre o assunto em discussão, começou por esclarecer deputado Jorge Ribeiro que nunca disse, em relação à casa (guarita), que o Município tem património a mais. Dado o valor simbólico



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

do edifício em questão, faz sentido que este seja propriedade do Município, não faz sentido o Município adquirir todo o património degradado para o revitalizar. O conjunto da antiga Alfandega tem um valor simbólico muito importante pela sua história, não vejo qualquer problema em que a iniciativa privada recupere esses edifícios, isto salvaguardando o uso e a intervenção, este foi o contexto da minha intervenção em que me referi ao edifício em discussão. Quanto a questão de reversão do negócio já foi feita uma análise pelos técnicos mas parece-me muito difícil, dado que o negócio foi feito com toda a legalidade. A afirmação do deputado Jorge Ribeiro, de que é fácil chegar à informação, destas vendas, não tenho dúvida, mas é fato, que também os seus elementos do Executivo e da Assembleia não se aperceberam de tal. Quanto a intervenção de deputado António Vieira para dizer que aquele património será requalificado de modo a tornar-se um espaço de qualidade. E será feito o possível por dinamizar esse espaço com algumas atividades futuras de âmbito cultural.

Não se tendo verificado mais pedidos de uso da palavra, o Presidente da Assembleia antes de colocar a moção a aprovação lembrou o conteúdo da mesma. Posta a votação esta foi aprovada por maioria com sete votos contra.

Antes de passar ao ponto seguinte usou da palavra o Presidente da Assembleia para dizer: fiz bem em agendar este ponto, dado que toda a discussão me deu razão, e penso que a partir de agora está tudo esclarecido, informado, o que se passou, como se passou. A partir de agora podemos ir informar a imprensa com clareza, do que se passou com a casa da guarda (caseta).

Assunto nº 29	7 – Intervenção do Público;
--------------------------------	------------------------------------

O Presidente da Assembleia perguntou se havia alguém do público que quisesse coloca alguma questão, mas não se poderia referir a assuntos discutidos nesta Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Usou da palavra o munícipe António Manuel Fernandes para dar o alerta do estado de degradação das estradas, e que alguns buracos estão a ser tapados com muito mal gosto, também que as raízes das árvores estão levantar os pavimentos. Também referiu que o Orçamento Municipal e Plano de Atividades deveriam estar publicados no portal Municipal.

Não se verificando mais intervenções o Presidente da Assembleia deu a reunião por encerrada.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram 20 horas 30 minutos, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente da Mesa, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa

Artur José Rodrigues

Presidente da Mesa da Assembleia

Dario Humberto Lourenço Barata

Secretário da Mesa da Assembleia

Carla Sofia de Abreu

Secretário da Mesa da Assembleia

MOÇÃO

ENCERRAMENTO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS HOSPITALARES

Considerando que o Governo, através do Ministério da Saúde, publicou uma portaria que constitui o mais violento ataque ao Serviço Nacional de Saúde e ao direito constitucional à saúde, visando proceder ao integral desmantelamento De toda a rede hospitalar pública.

Considerando que com a publicação da Portaria nº 82/2014, de 10 de Abril, o Governo tem em vista, uma vez mais, o encerramento arbitrário de serviços hospitalares, nomeadamente o encerramento da maioria das maternidades do País e a diminuição acentuada da capacidade de resposta global do Serviço Nacional de Saúde.

Considerando que além do encerramento de múltiplas maternidades, o Governo pretende eliminar, no imediato, especialidades médicas dos diversos hospitais públicos.

Considerando que com esta Portaria, irão desaparecer, na Unidade Local de Saúde do alto Minho os serviços de: Obstetrícia/maternidade, endocrinologia, neonatologia e urologia, com conseqüente encaminhamento dos utentes para Braga e/ou Porto, ao mesmo tempo que, por outro lado, mantém vultuosos contratos com entidades privadas da área da Saúde.

Considerando que a Unidade de Saúde do Alto Minho agrega e gere os cuidados hospitalares e de saúde primários prestados aos cerca de 245 mil habitantes do território dos dez concelhos que constituem a Região.

A Assembleia Municipal de Melgaço delibera:

1 – A necessidade de se efetuar uma verdadeira reforma hospitalar, e não apenas o encerramento de camas e serviços, de uma forma racional, participada e transparente, sobretudo, no que respeita à gestão e à melhoria na qualidade da assistência médica;

2 – Essa reforma deverá ser feita ouvindo as autarquias, que estão sempre disponíveis para juntar esforços e criar sinergias ao serviço das populações que representam e servem;

3 – A introdução contínua de melhorias na organização do Serviço Nacional de Saúde são necessárias, mas não se fazem desta maneira nem nestas circunstâncias, criando insegurança nas populações;

4 – O articulado na referida Portaria poderá e deverá ser interpretado naturalmente como uma medida de mera poupança financeira e não como uma medida tendente a melhorar os serviços de saúde prestado às populações;

Por tudo isto a Assembleia Municipal de Melgaço apela à manutenção dos atuais serviços na Unidade Local de Saúde do Alto Minho (Viana do Castelo) na defesa da existência de um Serviço Nacional de Saúde para todos os cidadãos.

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'F' followed by a more complex, cursive-like signature.

UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS DE MELGAÇO

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) foi criada em 2006 com o objetivo de prestar cuidados de saúde e sociais a pessoas idosas e ou em situação de dependência.

Os serviços prestados por estas unidades de saúde, particularmente no período de recuperação de doentes na fase do pós internamento hospitalar, e o que de vantajoso daí resulta quer para o bem estar dos cidadãos, quer para o aumento da capacidade de resposta em camas livres nos serviços hospitalares, fazem com que, estas Unidades de Saúde, sejam de extrema importância para os cidadãos.

Com o aumento da população idosa, em função do alargamento da esperança média de vida, e verificando-se uma maior prevalência de doenças crónicas de evolução prolongada e com elevado grau de incapacidade, as razões que justificaram a criação da RNCCI e o seu desenvolvimento mantêm-se e justificam o seu crescimento

Em Agosto de 2008 o Município outorgou um protocolo com o Centro de Saúde de Melgaço e a Administração Regional de Saúde do Norte prevendo a "Requalificação de Serviços" e, nomeadamente a instalação de uma Unidade de Cuidados Continuados.

Nesses termos foi levada a efeito uma intervenção no Centro de saúde de Melgaço, que rondou o milhão e meio de euros, e que se encontra terminada desde Setembro de 2012.

Volvidos cerca de dois anos a ARS Norte continua a manter a Unidade de Cuidados Continuados de Melgaço, embora fisicamente instalada e equipada, encerrada e, pior, sem qualquer perspetiva de abertura.

Assim, considerando:

- a)- Que são conclusivos, todos os estudos e indicadores, de que é necessária a existência, neste território, de um serviço de prestação de cuidados continuados integrados de saúde à população;
- b)- Que na área do antigo internamento do Centro de Saúde foram realizadas profundas obras de renovação e adaptação daquele espaço que se encontram completamente concluídas e as instalações totalmente equipadas para funcionamento de uma unidade de cuidados continuados, desde final de 2012

Despacho:
Fernando
Dr. Saúde
etc
ARS Norte
VLSAT
Centro
de
Saúde de
Melgaço
afirmado
B

c)- Que este investimento, que ascendeu a perto de 1.5 milhões de euros, foi considerado necessário e por isso efetuado pelo próprio Ministério da Saúde através da ARSN e da ULSAM ;

d)- Que a Câmara Municipal, sem qualquer sucesso, tem procurado insistentemente junto da ARSN estabelecer diálogo e manifestar disponibilidade para colaborar na criação de condições para permitir o início de funcionamento da Unidade.

A Assembleia Municipal de Melgaço exige que o Governo, através do Ministério da Saúde, informe:

1- Quais são as verdadeiras razões pelas quais o Ministério da Saúde não cria condições para iniciar o funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados de Melgaço?

2- Porque razão a ARSN Norte não estabelece diálogo com a Autarquia de Melgaço tendo em vista a criação de condições e estabelecimento de compromissos para a abertura daquela Unidade de Cuidados Continuados?

3- Prevê ou não o Ministério da Saúde que aquele serviço seja aberto ao público durante o corrente ano de 2014?

Pedido de esclarecimento ao Ministério da Saúde, com conhecimento a:

ARS Norte

ULSAM

Centro de Saúde de Melgaço

Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

F. F. F.

Moção em defesa da autonomia e funcionamento das autarquias locais

O Poder Local é hoje um dos verdadeiros pilares da democracia portuguesa, tendo-se afirmado nas últimas décadas como um verdadeiro exemplo de desenvolvimento de políticas de proximidade para com a população portuguesa. As autarquias, nas suas diversas formas – municípios e freguesias – apresentam um profundo conhecimento das realidades e dinâmicas do país real, dos seus munícipes e fregueses, das portuguesas e portugueses que constituem o tecido social do país.

Cada vez mais as autarquias vêm-se quotidianamente na necessidade de assumir de facto aquelas que seriam as obrigações do Governo e dos seus serviços, sem a devida compensação, garantindo assim que a população não se vê privada de serviços e apoios sociais a que têm direito.

O atual Governo tem revelado uma postura de autêntico ataque a afronta ao Poder Local, procurando limitar a sua autonomia, manietar a sua capacidade de atuação e diabolizar o seu papel.

A atual crise económica e financeira, que se vive em Portugal, não pode justificar esta atitude do atual Governo face ao Poder Local.

1 - O Orçamento de Estado para 2014, atualmente em vigor, reduziu em 107.537.557 euros (centro e sete milhões de euros, resumidamente) as verbas a transferir para as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia do país, face ao ano anterior.

Em 2013 a dívida das autarquias representava apenas 3,6% do total da dívida nacional. O montante da dívida das autarquias tem apresentado nos últimos anos uma trajetória descendente, ao contrário daquilo que acontece com a dívida gerada pelo Estado Central.

Cai assim por terra a teoria governamental de que as autarquias são geradoras de má despesa e de dívidas. Os números não enganam e a realidade é que o Poder Local, com os poucos recursos que lhe são afetos, consegue melhores resultados do que o Estado Central.

2 – O novo estatuto da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), já em vigor, prevê que esta Entidade possa emitir instruções vinculativas quanto às tarifas a praticar, o que representa uma grave e flagrante violação da autonomia das autarquias locais.

Esta medida transforma as câmaras em meras entidades cobradoras de faturas, sendo possível antecipar um encarecer das faturas a pagar pelos cidadãos pelo fornecimento de água e tratamento de resíduos. Ao invés de dotar a ERSAR de funções verdadeiramente reguladoras deste importante

setor, o caminho seguido pelo Governo insiste uma vez mais em manietar as autarquias naquelas que são algumas das suas competências.

3 – O Governo aprovou, também, a privatização da Empresa Geral do Fomento, sub-holding do grupo Águas de Portugal para o setor dos resíduos. Trata-se da privatização, de uma empresa que dá lucro, funciona bem e ganhou a confiança dos portugueses.

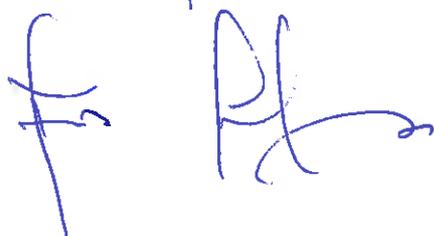
Pela importância estratégica da gestão dos resíduos, a gestão desta empresa deveria manter-se dentro setor público, enquanto garante da salvaguarda do interesse nacional.

A prazo o objetivo do lucro irá sobrepor-se à qualidade deste serviço prestado aos portugueses.

Não satisfeito com o empobrecimento do país e dos portugueses, o Governo quer agora empobrecer também a capacidade de atuação das autarquias.

A breve trecho a população portuguesa vai começar a sentir nas suas vidas o impacto destas atitudes e decisões, sendo obrigação dos autarcas condenar veementemente esta estratégia.

2 ELB Grupo Parlamentar do Partido Socialista



Arguente
P

P



INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MELGAÇO

15 FEVEREIRO | 22 ABRIL

CÂMARA MUNICIPAL DE MELGAÇO

2014

2

ASSUNTO:

ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Estimado Eng.º **Artur Rodrigues**
Ilustre Presidente da Assembleia Municipal

Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, remeto o presente documento para apreciação na próxima reunião da Assembleia Municipal que V. Exa. superiormente preside.

Com elevada estima e consideração, prevaleço da oportunidade para apresentar respeitosos cumprimentos.

O Presidente da Câmara Municipal de Melgão,



(Manoel Batista Calçada Pombal)

ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL

- Porta de Lamas do PNPG:

Na última informação escrita prestada perante a Assembleia Municipal de Melgão, foi feita referência à apresentação por parte do Município, através da CIM Alto Minho, de uma candidatura ao Programa *ON.2 – Novo Norte | Gestão Ativa de Espaços Protegidos*, com vista a obter financiamento para realizar uma intervenção na área envolvente da Porta de Lamas do PNPG e seus trilhos pedestres, cujo investimento se computa nos 94.000,00 €.

Pois bem, cabe, agora, informar de que a dita candidatura foi aprovada e como tal vamos avançar com a concretização do investimento de modo a tornar um *espaço de excelência* numa verdadeira alavanca do Turismo de Natureza e, portanto, da economia local.



Câmara Municipal Melgaço

2

- Redes de Abastecimento de Água e de Saneamento:

O Município continua a apostar no desenvolvimento da rede de abastecimento de água para consumo humano, pelo que iniciou uma intervenção na rede das *Inverneiras* de Castro Laboreiro, cuja execução se encontra, atualmente, a 50 %.

Mais, o Município já adjudicou e vai iniciar em Maio uma intervenção na rede de abastecimento de água da Freguesia de Paderne, no valor de 346.586,60 €, cujo prazo de execução é de 1 ano.

No que diz respeito ao saneamento básico, o Município está a realizar uma intervenção em Roussas, no valor de 336.000,00 €, cuja execução se encontra a 40% e terminará no final do ano.

Ainda em relação à rede de saneamento, o Município terminou no final de Março a intervenção que estava a levar a cabo na Freguesia de Gave, no valor de 4.000,00 €.

De referir, ainda, que, como medida de prevenção e de combate às perdas e ao desperdício de água, o Município está a implementar uma solução técnica que permite a identificação de fugas não detetáveis à superfície e está a construir um novo sistema de rega, totalmente independente do sistema público de abastecimento de água para consumo humano, que será alimentado por uma captação própria no Ribeiro de São Lourenço, localizada a nascente da Quinta dos Frades e abrangerá todos os espaços verdes da zona urbana da Vila.

- Taxas e Tarifas Municipais:

No estrito cumprimento da nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 03.09) e observando a orientação da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, o Município procedeu à atualização das taxas e tarifas de abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos sólidos, nos diversos escalões e categorias.

As novas tabelas já se encontram em vigor e refletem o princípio consagrado na citada Lei das Finanças Locais que, no artigo 21.º, estabelece que os *“preços e demais instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão directa pelas unidades orgânicas municipais... não devem ser inferiores aos custos directa e indirectamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens”*.

Em todo o caso, será de referir que os valores ínsitos nas novas tabelas são dos mais baixos em relação aos praticados pelos demais Municípios do Distrito de Viana do Castelo.

- Alvarinho - A Sub-Região de Monção e Melgaço:

O Município de Melgaço, juntamente com o de Monção, despoletaram uma abordagem de defesa da exclusividade da Denominação de Origem “Alvarinho, Vinho Verde” da Sub-Região de Monção e Melgaço.

A abordagem consistiu, entre outras medidas, na definição de uma estratégia para a Sub-Região de Monção e Melgaço, procedendo à sistematização da informação respeitante à caracterização das peculiaridades do nosso território e na definição de uma política de marketing.

Neste momento, os trabalhos estão numa fase avançada e está a ser organizado um evento com vista a apresentar publicamente os respetivos resultados, o qual terá lugar na primeira quinzena de junho.

Mais, no próximo dia 2 de maio, a Assembleia da República vai apreciar os Projetos de Resolução que recomendam ao Governo e a todas as entidades públicas e privadas com competências em matérias vitivinícolas, a necessidade da manutenção da exclusividade do uso da denominação de origem Alvarinho na Sub-Região de Monção e Melgaço, sendo que o Executivo Municipal estará presente na sessão, acompanhado de produtores de Alvarinho.

- Reorganização dos Serviços Municipais:

O Município de Melgaço tem vindo a promover, por imposição legal, uma reorganização dos Serviços Municipais, sendo que a nova estrutura, hierarquizada e flexível, é composta por 4 unidades orgânicas, a saber: três divisões, de Obras Municipais e Serviços Urbanos (DOSU), de Gestão Municipal (DGM) e de Desenvolvimento, Educação e Cultura (DDEC), chefiadas por dirigentes intermédios de 2.º grau, e uma unidade orgânica de Planeamento e Gestão Territorial, chefiada por dirigente intermédio de 3.º grau.

Os concursos públicos de seleção dos novos dirigentes de 2.º e 3.º grau já se encontram a decorrer, sendo expectável que o novo modelo de funcionamento esteja em pleno funcionamento ainda durante o primeiro semestre deste ano.

Após a reorganização da estrutura dos Serviços Municipais, o Executivo Municipal pretende promover a definição e a reorganização dos horários de trabalho, pelo que, nos termos do disposto na Lei e na Cláusula 4.ª, n.º 2, do Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública outorgado, promoveu uma reunião com o STAL, a qual teve lugar no início de abril, e espera chegar a um acordo em breve.



Câmara Municipal Melgaço

2

- IPSS Locais e Segurança Social:

O Município de Melgaço promoveu uma reunião das Instituições de Solidariedade Social (IPSS) locais com o Centro Distrital de Viana do Castelo do Instituto da Segurança Social, representado pelo respetivo Diretor, José Eduardo Esteves, a qual teve lugar a 5 de Fevereiro, com vista a promover uma aproximação entre todos e dar a conhecer a realidade e as necessidades sociais do concelho.

Após a reunião, o Executivo Municipal promoveu uma visita às instalações de 3 equipamentos sociais que se encontram totalmente concluídos, nomeadamente, a Creche da APPACDM – Centro de Reabilitação de Prado, o novo Lar da Misericórdia e a Residência Autónoma da Cruz Vermelha, com vista a alavancar a respetiva abertura através da assinatura dos competentes acordos de cooperação com a Segurança Social.

- Património Classificado:

O património edificado em Portugal obedece a regras precisas de classificação e proteção, definidas pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR), nomeadamente nas vertentes histórica, cultural, estética, social, técnica e científica. Tendo em conta o seu valor relativo, os imóveis podem ser obter uma de três classificações: Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público e Imóvel de Interesse Municipal.

O Município de Melgaço já tem procedido à classificação de uma parte considerável do património edificado local considerado de relevo, mas, apesar de se tratar de um processo complexo e oneroso, pretende continuar e abranger o máximo de imóveis considerados de especial interesse.

Neste momento, está já em curso o processo conducente à classificação de todo o nosso património associado à fronteira e ao contrabando, de modo a garantir a preservação do mesmo e potenciar outros investimentos realizados pelo Município.

- Reunião com EP - Estradas de Portugal, S.A.:

Atento ao estado e às possíveis melhorias (repavimentação e redesenho do traçado) da rede rodoviária de acesso a Melgaço, mais propriamente a estrada que liga Valença a S. Gregório - Melgaço (EN 202 e EN 101), o Município convocou uma reunião com a EP - Estradas de Portugal, S.A e os Municípios de Monção e Valença, a qual teve lugar no início de abril, com vista a expor os problemas e aferir quanto à possibilidade de obter a respetiva resolução.

No desfecho de dita reunião, os representantes da EP - Estradas de Portugal, S.A afirmaram que o atual contexto económico tem condicionado a respetiva atividade de manutenção da rede viária, mas que estão disponíveis para prestar todo o apoio aos Municípios interessados e vão promover as intervenções reivindicadas consideradas mais prioritárias.

- Unidade de Cuidados Continuados de Melgaço:

No dia 8 de agosto de 2008, foi outorgado um Protocolo de “Requalificação dos Serviços” do Centro de Saúde de Melgaço entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., doravante abreviadamente designada ARS Norte, IP, e o Município de Melgaço, com o qual este pretendia minimizar as consequências nefastas para a população fruto das imposições restritivas da oferta local de serviços de saúde e aquela, reconhecendo a importância das medidas propostas, acedeu a promover as mesmas em determinadas condições.

Nos termos acordados, o Município cumpriu com as suas obrigações, já o mesmo não sucedeu em relação à ARS Norte, I.P. que mantém encerrada a Unidade de Cuidados Continuados de Melgaço. Isto, apesar de constar, expressamente, do referido Protocolo a obrigação por parte da ARS Norte, I.P. de alavancar a resposta para a necessidade local identificada em termos de Cuidados Continuados e de ter sido levada a cabo uma intervenção no Centro de Saúde de Melgaço, no valor de 1.5 milhões de Euros, com vista a criar a Unidade de Cuidados Continuados, a qual se encontra terminada, desde setembro de 2012, completamente nova e devidamente equipada.

Perante a relatada situação, o Município tem promovido uma série de diligências com vista a disponibilizar aos munícipes a dita resposta em termos de cuidados de saúde.

Todavia, volvidos cerca de **2 anos**, a ARS Norte, I.P. continua a manter a Unidade de Cuidados Continuados de Melgaço encerrada e sem qualquer perspetiva de abertura.

De maneira que, perante a inoperância por parte da ARS Norte, I.P., o Executivo Municipal realizou uma sessão pública, no passado dia 7 de abril, com vista a tornar do conhecimento de todos a postura da ARS Norte, I.P. e, subsequentemente, endereçou ofício para o Ministério da Saúde a expor toda a situação e a solicitar uma reunião e a adoção das medidas tidas por convenientes de modo a promover a abertura da Unidade de Cuidados Continuados de Melgaço.



Câmara Municipal Melgaço

- Governo pretende encerrar valências hospitalares no Distrito de Viana do Castelo:

No passado dia 10 de abril de 2014, foi publicada em Diário da República, a Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril, nos termos da qual podem encerrar no Distrito de Viana do Castelo as seguintes valências hospitalares: Obstetrícia / Maternidade; Neonatologia; Urologia e Endocrinologia.

Com esta medida, os doentes do Distrito de Viana do Castelo terão de ser encaminhados para os Hospitais de Braga ou do Porto, situação que o Executivo Municipal repudia veementemente.

De maneira que, em articulação com os demais Municípios, será solicitada, com urgência, uma reunião com o Exmo. Senhor Ministro da Saúde e o Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE.

Ademais, o Executivo Municipal assumirá, formal e oficialmente, a insatisfação em relação à referida pretensão e, conseqüentemente, a recusa em aceitar o encerramento previsto na Portaria das ditas valências hospitalares, pois elas respondem às necessidades da população com elevados índices de qualidade hospitalar.

- Visita de Governador Angolano a Melgaço:

No próximo dia 9 de maio, vamos receber a visita de um Governador Angolano, mais precisamente do Governador da Província de Moxico, com o objetivo de promover a nossa terra e, sobretudo, a interação económica entre Melgaço e a dita Província de Angola.

Com efeito, por um lado, Angola é um país com muitas carências em termos de bens, infraestruturas, equipamentos, mão-de-obra qualificada nas mais diversas áreas, entre outras, e, concomitantemente, tem uma considerável capacidade de investimento. Por outro lado, nós temos potenciais respostas para tais necessidades, seja através da exportação de bens, do acolhimento de investimentos, seja da formação de recursos humanos e/ou da realização de investimentos em Angola.

De maneira que, estamos a organizar a visita de modo a dar a conhecer a nossa terra mas, sobretudo, numa perspetiva económica, pelo que além da visita a determinadas infraestruturas e equipamentos considerados diferenciadores em termos de oferta, foi endereçado convite aos empresários melgacenses para participarem num encontro com a comitiva do referido Governador Angolano.



Câmara Municipal Melgaço

2

- Comemorações do 25 de abril:

A 25 de Abril de 2014 a revolução dos cravos celebra 40 anos, efeméride assinalada no concelho através da iniciativa “40 anos de Abril”, complementada por uma exposição de cartazes e um espectáculo-oficina.

O dia 25 iniciará com o hastear da Bandeira Nacional, no edifício dos Paços do concelho, seguindo depois para a Casa da Cultura onde decorrerá uma sessão solene, com entoação de canções de Abril, pelo Grupo Coral de Parada do Monte, seguida da conferência “As promessas de Abril”, pelo Prof. Doutor Albertino Gonçalves, da Universidade do Minho.

A finalizar, será de referir que na Casa da Cultura estará disponível ao público, entre 14 de Abril e 2 de Maio, uma exposição com catorze cartazes, propriedade da Câmara mas editados pela Comissão organizadora das comemorações do 25 Abril, pela Associação 25 Abril e pelo Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, cartazes esses alusivos a diversas momentos de comemoração da revolução.

25 de abril sempre!



Câmara Municipal Melgaço

D
1

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Os dados abaixo apresentados referem-se ao período de execução do orçamento municipal até ao dia 31-03-2014.

I – Execução Orçamental

Receita	Prevista 2014	Cobrada	%
Corrente	10.479.989,00€	2.264.533,93€	21,61%
Capital	5.112.303,00€	154.054,65€	3,01%
Outras receitas	0,00€	0,00€	
Receita Total	15.592.292,00€	2.418.588,58€	15,51%

Despesa	Prevista 2014	Paga	%
Corrente	9.565.719,00€	1.812.371,28 €	18,95%
Capital	6.026.573,00€	617.254,68 €	10,24%
Despesa Total	15.592.292,00€	2.429.625,96 €	15,58%

II – Endividamento a Médio e Longo Prazo

	Capital em dívida 01/01/2014	Amortizações	Juros	Capital em dívida 31-03-2014
Empréstimos de médio e longo prazo	9.823.085,75€	156.878,85 €	18.841,03 €	9.666.206,90 €

III - Saldo e o Estado das Dívidas a Fornecedores

Classificação orçamental	31-12-2012	30-06-2013	31-01-2014	31-03-2014
02 Aquisição de bens e serviços	1.104.870,94 €	1.065.012,95 €	824.576,40 €	935.792,87 €
03 juros e outros encargos	44.848,11 €	32.685,45 €	26.215,50 €	1.968,87 €
06 Outras despesas correntes	4.280,28 €	7.408,94 €	7.142,48 €	6.742,48 €
07 Aquisição de bens e serviços de Capital	3.352.779,84 €	1.433.232,26 €	596.301,97 €	643.830,90 €
Total	4.506.779,17 €	2.538.339,60 €	1.454.236,35 €	1.588.335,12 €

DECLARAÇÃO DE VOTO

CONTRA

Dos deputados eleitos pelo PSD à Assembleia Municipal de Melgaço referente ao assunto n.º 3 – Relatório de Gestão e documentos de Prestação de Contas ano/2013, da reunião de 29 de Abril de 2014

O voto contra a apreciação do relatório de gestão e prestação de contas relativo ao ano de 2013, baseia-se na coerência da nossa avaliação da gestão municipal dos últimos anos, sem deixar de reconhecer alguns aspectos positivos. Vemos isto, como uma governação que no nosso ponto de vista é negativo para o concelho. Por melhores que fossem os objectivos e as intenções e seguramente seriam, mas com um outro tipo de gestão, a verdade é que o concelho de Melgaço, é mais desigual e pobre.

O ritmo de perda de população é enormíssima, na década de 2001 a 2011 a perda foi superior a 8%. A falta de capacidade de cativar os melgacense e de gerar emprego para as famílias e principalmente para os jovens, principais motores nas próximas décadas para a economia local não existiu. Houve um impulso nas condições para a população de Melgaço, mas isso não chega para reter e cativar as pessoas.

Ao estarmos a apreciar o relatório e gestão de contas do ano de 2013, estamos a falar do passado, só que falar do passado não chega, temos de falar e pensar no futuro de Melgaço, a realização de algumas obras públicas, estas não conseguiram gerar o correspondente retorno financeiro, não conseguiram promover o tão esperado emprego e que, acima de tudo contribuísse para a fixação dos jovens.

Achamos que é altura para começar a pensar, agir e dar sinais de mudança, sabemos que não é num ano que tal acontece, nem por arte de magia, mas perguntamos, quando é que se pensará em diminuir as despesas correntes, dado serem um valor insuportável verso as receitas correntes. Haverá algum Plano? Ficámos aguardar para ver. Se assim for, talvez não seja necessário contrair empréstimos de curto prazo. Caso contrário Melgaço passará a ser uma pequena freguesia, pois actualmente em residentes fixos não terá mais de 4 a 5 mil habitantes.

Passando uma análise mais concreta às situações focadas no exercício de 2013, podemos dizer o seguinte:

I – Em 2013, a Melsport só paga três meses de renda ficando sem pagar os restantes nove meses. Será que qualquer senhorio não teria uma outra conduta que esta da Município?

II – Assistimos a Câmara ao não cumprimento na participação em 50% no valor total dos passes de transporte dos alunos durante os anos lectivos de 2011/2012 2012/2013 e 2013/2014.

III – Durante o ano de 2013, vimos que uma grande parte da nossa floresta ficar em cinzas, não vimos até hoje qualquer iniciativa vimos mas foi uma total ausência de uma política de

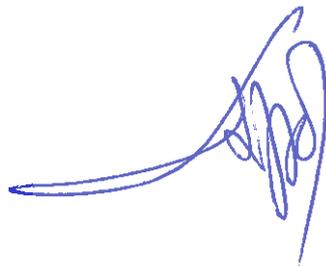
valorização da floresta, e da agricultura, que comprometesse a criação de postos de trabalho, tão importantes para a fixação dos nossos jovens.

IV-Foi construído um Centro Coordenador de Transportes, e chegamos à conclusão que raros são os transportes que os Melgacenses, possam usufruir dos mesmos. Não vimos neste caso qualquer iniciativa que pudesse contrariar esta perca de transportes para as cidades do Porto e Lisboa.

V –Em 26 de Abril de 2013, com toda a pompa e circunstância foi inaugurado as Termas do Peso. Pesamos que iríamos ter uma exploração condigna e uma oferta de emprego com vista a atingir os 30 postos de trabalho projectados no concurso público. O que é que aconteceu, assistimos ao encerramento com a promessa de novo recomeço. Que parceria é esta que não consegue dar seguimento ao anunciado?

VI- Lamentamos que as freguesias do nosso concelho só recebessem no seu conjunto cerca de, 1/3 do valor que as associações receberam. Sabemos que as juntas de freguesias são os parentes pobres do município, aceitamos que as associações sejam apoiadas, mas haver uma discrepância desse valor é que não aceitamos.

Por isso é que o nosso voto é CONTRA.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke extending to the left.

Declaração de voto do Grupo do Partido Socialista

RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Votamos a favor do documento de prestação de contas 2013, em virtude de o mesmo apresentar, de forma clara e transparente, aquilo que foram as execuções orçamentais relativamente ao ano em causa.

Mesmo tendo em conta todos os constrangimentos financeiros e económicos que são reflexo da crise que o País atravessa, bem como a verificada diminuição das Transferências do Orçamento do Estado, foi conseguida a execução das obras previstas no Plano de Actividades, bem como, numa altura de intensa crise, especialmente no aspecto do apoio social, se continuou, no ano de 2013, a promover o desenvolvimento social e económico, através da cooperação institucional e de vários apoios, como por exemplo o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário.

Depois de termos votado favoravelmente o Plano de Actividades de 2013, e após tudo o dito anteriormente, se verificar uma excelente taxa de execução de 90,2% para além do voto favorável não pode o Grupo do Partido Socialista, coerentemente, deixar de se congratular com o trabalho levado a efeito pelo executivo municipal e que transparece perfeitamente no documento apresentado.

Este documento vem, também, por a nu o ridículo e a falta de seriedade política de uma oposição que em Dezembro de 2012, na apresentação do Plano de Actividades 2013, para além de outros adjectivos, dizia que “o mesmo era um decalque dos anteriores” e que o mesmo não serviria para o desenvolvimento concelhio.

São resultados, da envergadura dos obtidos nesta Conta de Gerência de 2013, que continuam a solidificar e a credibilizar o projecto de desenvolvimento, para o concelho de Melgaço, desta maioria socialista.

Por o Grupo Parlamentar do Partido Socialista
F. P. S.

DECLARAÇÃO DE VOTO (ABSTENÇÃO)

Dos deputados eleitos pelo PSD à Assembleia Municipal de Melgaço referente ao assunto n.º 5 - Empréstimo de Curto Prazo para o exercício económico de 2014 da reunião de 29 de abril de 2014

Mantendo a nossa posição contra o endividamento camarário e contra o recurso permanente a empréstimos bancários, mesmo a curto prazo, votamos abstenção neste ponto. O motivo prende-se com o facto de prezarmos o pagamento atempado aos nossos fornecedores e prestadores de serviços.

Não conseguimos compreender, que apesar do aumento de algumas receitas, tais como as rendas das eólicas e do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) que aumentaram 53% relativamente a 2013, e o aumento de 7,7% das receitas correntes, haja necessidade de um empréstimo de 600 000,00€.

Se as receitas não chegam para cobrir as necessidades, o que é que a Câmara está a pensar fazer para que no futuro se evite este tipo de empréstimos?

Será que não há nenhuma maneira de reduzir custos?

Melgaço, 29 de abril de 2014.

O Grupo Municipal do PSD



PROPOSTA DE POSIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Considerando que recentemente chegou ao conhecimento público que a Direção Geral do Tesouro e Finanças vendera a um cidadão espanhol "um prédio urbano sito em S. Gregório inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Cristóval, sob o artigo nº 495, e registado a favor do Estado Português";

Considerando que tal venda, feita por ajuste direto, e apenas anunciada através de anúncio publicado na página oficial da Direção Geral de Tesouro e Finanças, se referia à "guarita" da antiga guarda fiscal existente na fronteira de S. Gregório, freguesia de Cristóval;

Considerando que logo que tomou conhecimento, de tal facto, a autarquia mostrou a sua surpresa e, também indignação, em virtude de não ter sido consultada, ou pelo menos informada, pelo Estado, da venda de tal edifício, e no sentido de acautelar futuras situações está já em curso o processo conducente à classificação de todo o património associado à fronteira e ao contrabando, de modo a garantir a preservação do mesmo

A Assembleia Municipal de Melgaço não pode deixar de manifestar a sua indignação em relação ao modo como o Estado Português tratou este processo de venda do património nacional, sem consultar autarquias nem população, e realizando um ajuste direto que apenas publicitou num boletim de uma Direção Geral

A assembleia Municipal de Melgaço lamenta, também, as posições assumidas pelo PSD local e autarcas municipais que procuraram, mais do que defender e acautelar os interesses concelhios, obter dividendos políticos de uma situação que foi criada pelo Governo PSD/CDS.

A Assembleia Municipal não pode, deixar também de condenar as declarações do Presidente da Junta de Freguesia de Cristóval, envolvendo o ex Presidente da Câmara Municipal Rui Solheiro, pessoa que como é reconhecido publicamente ao longo de mais de 30 anos sempre trabalhou de forma incansável, honesta e transparente em prol do desenvolvimento do Município de Melgaço e da população melgacense.

1º O Grupo Parlamentar do PS

